

## **A EXPERIÊNCIA DE UM AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Bruna Lorena Barbosa Moraes<sup>1</sup>  
brunam.pedagogia@gmail.com  
Universidade Federal de Uberlândia

Lorena Sousa Carvalho<sup>2</sup>  
lorenasoucar@yahoo.com.br  
Universidade Federal de Uberlândia

### **RESUMO**

O TEA (Transtorno do Espectro Autista) é considerado um distúrbio do desenvolvimento que é apresentado desde os primeiros anos de vida, geralmente, por volta dos dois ou três anos, período este que a criança estabelece mais fortemente relações sociais, que se envolve mais com o outro e frequenta diferentes espaços, incluindo a escola. São diversas as formas que a criança pode apresentar o autismo, no entanto, geralmente, se concentra nas áreas do desenvolvimento humano, como as áreas de comunicação, interação social, aprendizado e capacidade de adaptação. Segundo Mello (2007), o autismo é um distúrbio do comportamento que consiste em uma tríade de dificuldades, são elas: dificuldade de comunicação, dificuldade de sociabilização e dificuldade no uso da imaginação. O objetivo desse trabalho é compartilhar a experiência vivenciada com um aluno autista na Educação Infantil em uma escola pública de Uberlândia em uma turma de 1º período, com a finalidade de apreender em que medida ocorria a participação do sujeito envolvido no processo de ensino e aprendizagem e qual o nível de sociabilização que o aluno possuía com o grupo que estava inserido. Para a estruturação do trabalho, num primeiro momento dedicou-se a discussão sobre o que é o TEA (Transtorno do Espectro Autista), destacando alguns aspectos e considerando as três dificuldades centrais para se compreender esse distúrbio, são elas: dificuldade de comunicação, dificuldade de sociabilização e dificuldade no uso da imaginação. Em seguida, buscou-se compreender as políticas públicas atuais vigentes para se efetivar a inclusão e conhecer o que as leis e políticas dizem sobre o autismo. Por fim, realizou-se a apresentação dos dados referente a um aluno autista e sua experiência e vivência na Educação Infantil. Existe um grau de variação dentro do espectro autista, que pode ir do mais leve ao mais severo. Podemos concluir que o aluno João possui um grau mediano, pois conseguia se socializar com um grupo pequeno de pessoas de sua preferência e possuía a comunicação favorável. É preciso que ocorra um trabalho coletivo entre os profissionais da escola, professor regente e do AEE, e, também, é de extrema importância que um profissional capacitado e formado adequadamente acompanhe esse aluno diariamente em sala de aula.

**PALAVRA-CHAVE:** Autismo; socialização; comunicação

**EIXO TEMÁTICO 2:** Práticas pedagógicas e psicopedagógicas na perspectiva da diferença humana

---

<sup>1</sup> Professora na educação infantil, especialista, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Linha de Estado, Políticas e Gestão da Educação.

<sup>2</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Linha de Estado, Políticas e Gestão da Educação.

## **A EXPERIÊNCIA DE UM AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Bruna Lorena Barbosa Moraes<sup>2</sup>  
brunam.pedagogia@gmail.com  
Universidade Federal de Uberlândia

Lorena Sousa Carvalho<sup>2</sup>  
lorenasoucar@yahoo.com.br  
Universidade Federal de Uberlândia

### **INTRODUÇÃO**

O autismo vem cada vez mais sendo foco de pesquisa na atualidade. As principais áreas afetadas por esse distúrbio estão associadas à comunicação, interação social e comportamento que podem ser observados no início da infância, aproximadamente aos três anos de idade.

O termo Autismo tem origem grega (autós), que significa: por si mesmo. Termo utilizado pela psiquiatria, para nomear o comportamento humano que se concentra em si mesmo, retornado para o próprio indivíduo.

As crianças e adolescentes identificados com TEA (Transtorno do Espectro Autista) por muitos anos ficaram excluídas do ensino regular.

A escola deve considerar o sujeito social, respeitando suas diversidades e diferenças, propondo assim um currículo e um processo de ensino e aprendizagem que de fato inclua alunos com atendimento educacional especializado e de fato atenda suas reais necessidades. A aprendizagem deve decorrer da organização de suportes e apoio para superar as possíveis limitações.

“A inclusão leva em consideração a pluralidade das culturas, a complexidade das redes de interação humanas.” (MACHADO, 2008, p. 69). Ou seja, ela não está limitada a inserção de alunos com deficiência nas redes regulares de educação, pois beneficia a todos os alunos, com e sem deficiência que são excluídos de alguma forma das escolas de ensino regular.

A inclusão denuncia o esgotamento das práticas tradicionais das salas de aula, que tem como fundamento o modelo transmissivo do conhecimento, na espera do aluno perfeito, na padronização dos resultados esperados pela avaliação classificatória, no

---

<sup>2</sup> Professora na educação infantil, especialista, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Linha de Estado, Políticas e Gestão da Educação.

<sup>2</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Linha de Estado, Políticas e Gestão da Educação.

currículo excludente organizado de forma disciplinar e universal, entre tantos outros elementos que compõem o mundo das práticas escolares. (MACHADO, 2008).

Portanto, “ensinar na perspectiva inclusiva, significa ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os níveis” (MANTOAN, 2003, p. 81). Como já mencionado, não há espaço para práticas tradicionais excludentes, e isso requer um novo perfil de profissional e escola.

Nesta perspectiva, a criança deve ser entendida e respeitada como um ser em constante desenvolvimento, necessitando, assim, da mediação de instrumentos e signos que devem ser planejados pelo professor, promovendo atividades que envolvam o lúdico e respeito pelo seu tempo de aprendizado.

O objetivo desse trabalho é compartilhar a experiência vivenciada com um aluno autista na Educação Infantil em uma escola pública de Uberlândia em uma turma de 1º período, com a finalidade de apreender em que medida ocorria a participação do sujeito envolvido no processo de ensino e aprendizagem e qual o nível de sociabilização que o aluno possuía com o grupo que estava inserido.

Para a estruturação do trabalho, num primeiro momento dedicou-se a discussão sobre o que é o TEA (Transtorno do Espectro Autista), destacando alguns aspectos e considerando as três dificuldades centrais para se compreender esse distúrbio, são elas: dificuldade de comunicação, dificuldade de sociabilização e dificuldade no uso da imaginação. Em seguida, buscou-se compreender as políticas públicas atuais vigentes para se efetivar a inclusão e conhecer o que as leis e políticas dizem sobre o autismo. Por fim, realizou-se a apresentação dos dados referente a um aluno autista e sua experiência e vivência na Educação Infantil.

Para efeito didático, ético e a fim de conservar o anonimato da criança que contribuiu para o trabalho, tomamos cuidado de usar nome fictício. Assim, a criança foi denominada de João.

## **TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: ALGUNS ASPECTOS**

O TEA (Transtorno do Espectro Autista) é considerado um distúrbio do desenvolvimento que é apresentado desde os primeiros anos de vida, geralmente, por volta dos dois ou três anos, período este que a criança estabelece mais fortemente relações sociais, que se envolve mais com o outro e frequenta diferentes espaços, incluindo a escola. São diversas as formas que a criança pode apresentar o autismo, no

entanto, geralmente, se concentra nas áreas do desenvolvimento humano, como as áreas de comunicação, interação social, aprendizado e capacidade de adaptação.

O autismo pode se manifestar de múltiplas formas. As manifestações mais comuns destacadas por pais e profissionais da saúde e da educação são que: o bebê não imita, não gosta de colo ou rejeita aconchego, não compartilha sentimentos ou sensações, não se comunica com gestos, como acenar as mãos para cumprimentar ou despedir-se.

Geralmente, essas crianças não demonstram interesse pelo contato visual, não olha nos olhos das outras pessoas ou, quando olha, mantém por um período de tempo breve. Outra manifestação comum é o aparecimento de estereotípias, que podem ser movimentos repetitivos, de vai e vem com o corpo ou com as mãos e, também, fixação do olhar em um objeto ou lugar. Crianças autistas também apresentam problemas na alimentação. Rejeita alguns alimentos devido a textura ou gosto, preferindo um cardápio restrito.

Segundo Mello (2007), o autismo é um distúrbio do comportamento que consiste em uma tríade de dificuldades, são elas: dificuldade de comunicação, dificuldade de sociabilização e dificuldade no uso da imaginação.

A dificuldade de comunicação se trata da dificuldade que a criança com autismo possui em utilizar a linguagem, seja ela verbal ou não verbal, ou seja, por meio da oralidade ou utilizando gestos, sinais, expressões faciais, linguagem corporal. No âmbito da comunicação, há algumas crianças que apresentam a ecolalia. A ecolalia é a repetição de palavras ou mesmo frases. Pode ser imediata ou tardia. A ecolalia imediata é quando a criança repete o que lhe foi dito naquele mesmo momento. A ecolalia tardia é quando a criança repete o que já ouviu há horas, ou até mesmo dias antes.

[...] dentro da grande variação possível na severidade do autismo, poderemos encontrar uma criança sem linguagem verbal e com dificuldade na comunicação por qualquer outra via - isto inclui ausência de uso de gestos ou um uso muito precário dos mesmos; ausência de expressão facial ou expressão facial incompreensível para os outros e assim por diante - como podemos, igualmente, encontrar crianças que apresentam linguagem verbal, porém esta é repetitiva e não comunicativa. (MELLO, 2007, P. 20)

A dificuldade de sociabilização se trata da dificuldade que o autista apresenta em se relacionar com o outro, em compartilhar emoções e momentos. Não se mistura com outras crianças facilmente. Essa dificuldade gera uma falta de contato com o próximo e uma baixa consciência da outra pessoa. Assim, possui dificuldade de se colocar no lugar

do outro. Isso inviabiliza o contato físico, gestual, visual e sentimental. Em muitos casos, desencadeia a falta ou diminuição da capacidade de imitar, que é um dos pontos essenciais para o aprendizado.

Muitas vezes a criança com autismo aparenta ser muito afetiva, por aproximar-se das pessoas abraçando-as e mexendo, por exemplo, em seu cabelo, ou mesmo beijando-as, quando na verdade ela adota indiscriminadamente esta postura, sem diferenciar pessoas, lugares ou momentos. Esta aproximação usualmente segue um padrão repetitivo e não contém nenhum tipo de troca ou compartilhamento. (MELLO, 2007, P. 21)

Gadia (2006) corrobora com Mello (2007) ao destacar que as interações social que o autista estabelece são carentes:

As dificuldades na interação social em crianças autistas podem manifestar-se como isolamento ou comportamento social impróprio; pobre contato visual; dificuldade em participar de atividades em grupo; indiferença afetiva ou demonstrações inapropriadas de afeto; e falta de empatia social ou emocional. (GADIA, 2006, p.423)

A dificuldade no uso da imaginação pode ser percebida como a forma desprovida de criatividade e exploração que crianças com autismo possuem em brincar com objetos ou brinquedos. Sendo assim, os autistas possuem dificuldades em lidar com o abstrato. Para Mello (2007), essa dificuldade

Se caracteriza por rigidez e inflexibilidade e se estende às várias áreas do pensamento, linguagem e comportamento da criança. Isto pode ser exemplificado por comportamentos obsessivos e ritualísticos, compreensão literal da linguagem, falta de aceitação das mudanças e dificuldades em processos criativos. (MELLO, 2007, P. 21)

É importante ressaltar que o autismo pode se manifestar de forma diferente em cada pessoa. Além do mais, possui diferentes graus de comprometimento, por isso é chamado de espectro autista, pois pode ir do grau mais leve ao mais severo. Existe, portanto, uma variável.

Crianças que tem autismo tendem a se fixar em rotinas do dia-a-dia. Essa organização e sequencia das atividades favorecem os autistas, pois assim conseguem ter uma previsibilidade da ordem dos acontecimentos o que lhe causam tranquilidade e conforto. No entanto, segundo Mello (2007), as rotinas são importantes, mas, ao mesmo tempo, é importante também que a criança com autismo aprenda a lidar com certas mudanças. Nesse sentido, é importante que, pais e professores, façam pequenas mudanças na vida diária da criança para que ela saiba lidar com as variações.

Faça pequenas mudanças na vida diária, no começo de preferência uma de cada vez. Mude o lugar de seu filho à mesa, tente variar a comida e colocar a TV em um canal que não seja o preferido dele, mude o caminho de ir à escola. As rotinas não são imutáveis, e é melhor que seu filho aprenda isto desde cedo. (MELLO, 2007, P. 55)

Nesse sentido, crianças que se encontram dentro do TEA (Transtorno do Espectro Autista) possuem alguns comportamentos e aspectos peculiares. Geralmente, esses comportamentos estão voltados para si, sem se importar com conexões com o outro, nesse sentido a interação é precária.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS E O AUTISMO: SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A INCLUSÃO**

O autismo vem ganhando espaço na sociedade e principalmente no meio acadêmico, muitos são os estudos refletindo e discutindo sobre essa temática. Com a declaração da escola para “Todos”, as crianças com autismo começaram a estar no chão da escola, e ser um grande desafio para os profissionais, devido a falta de conhecimento e as especificidades que isso implica.

Ao falar da inclusão da criança autista implica analisar e conhecer sobre o espectro do autismo. Nesse sentido, é preciso conhecer o que as leis e políticas dizem sobre o autismo, pois, são elas que embasam e balizam todo e qualquer trabalho inclusivo na escola.

Dentre as principais leis vigentes e documentos oficiais que falam sobre a inclusão do autista na escola regular, destacamos aquelas que abrangem nacionalmente a prática do professor. Começamos pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que é um documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Essa política é de extrema importância para a Educação Inclusiva como um todo.

Essa política traz que o autista tem direito à educação, na modalidade educação inclusiva, isso porque:

*A partir dessa conceituação, considera-se pessoa com deficiência é aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ser restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos*

*com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil.*(  
BRASIL, 2007, P. 9, grifo nosso)

Essa afirmação legalmente se faz importante, pois apresenta que os alunos com autismo, ou espectro do autismo, são também público alvo da educação especial, isso implica que eles possuem direito de Atendimento Educacional Especializado (AEE), além de garantir o acesso desde a educação infantil.

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (BRASIL, 2007, P. 10)

O AEE é importante por ser um complemento, com professores especialistas. Os profissionais nesse espaço atuam para complementar a atuação do professor na sala regular, e como o autismo é público alvo da educação especial, tem direito garantido o acesso e permanência no AEE.

Além disso, temos uma legislação específica para o autismo. A inclusão do autista na Educação Básica é obrigatória, de acordo com a Lei nº 12.764/12, que institui a Política Nacional da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, artigo 1º. De acordo com este artigo, no § 1º, a pessoa com transtorno do espectro autista é a que possui síndrome clínica caracterizada na forma dos incisos I ou II, quais sejam:

I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

§ 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais. (BRASIL, 2012)

A partir desses pressupostos pode-se afirmar que a criança autista terá dificuldades com suas relações sociais, tal como necessitar de antecipação sobre o que vai acontecer, devido a sua necessidade de padrões, é o que chamamos de rotinas na educação infantil. Isso implica em um grande desafio para o professor uma vez que

Vygostky (1987) já afirmava que a aprendizagem se dá na infância, pela troca com os pares, nessa troca as crianças vão desenvolvendo a sua zona de desenvolvimento. Como a criança autista possui essa dificuldade, desafia o professor a pensar outras propostas que atenda as suas necessidades.

No artigo 2º, define as diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

- I – a intersetorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista;
  - II - a participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com transtorno do espectro autista e o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação;
  - III - a atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes;
  - VI - a responsabilidade do poder público quanto à informação pública relativa ao transtorno e suas implicações;
  - VII - o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis;
  - VIII - o estímulo à pesquisa científica, com prioridade para estudos epidemiológicos tendentes a dimensionar a magnitude e as características do problema relativo ao transtorno do espectro autista no País.
- § 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais. (BRASIL, 2012)

Conforme o artigo 3º, os direitos do autista são garantidos e devem ser zelados, destacamos para esse momento que se refere à educação:

- I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;
  - II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração; (...)
  - IV - o acesso:
    - a) à educação e ao ensino profissionalizante;
    - b) à moradia, inclusive à residência protegida;
    - c) ao mercado de trabalho;
    - d) à previdência social e à assistência social.
- Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado. (BRASIL, 2012)

Essa lei é um marco para a história e para as conquistas de grupos sociais que lutam pelo direito de acesso, de garantia das pessoas com autismo. Para a educação essa lei vem ampliar os recursos, uma vez que o seu acesso a escola já estava garantido, e vem dizer sobre o direito a acompanhante caso comprovada a necessidade. Esse item é

de extrema importância uma vez que não deixa claro, quem é o profissional que será o acompanhante, tal como a sua formação, e não propõe como será comprovada essa necessidade.

Destacamos esse item, uma vez que, no caso de nossa experiência não tínhamos esse profissional para acompanhar a criança autista, e que isso, muitas vezes, pode apresentar uma dificuldade e até mesmo uma lacuna para o trabalho do professor e como consequência no desenvolvimento da criança.

## **DADOS DE UM AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Em relação ao João, desde o começo do ano, percebemos que é uma criança inteligente, comunicativa, afetuosa e esperta. Seu processo de socialização não apresentou grandes prejuízos. No entanto, ele possuía mais afinidade com apenas três colegas.

Tinha preferência em ficar na companhia de crianças ou de adultos dos quais gostava e tinha mais proximidade. No entanto, não apresentou grandes prejuízos no seu processo de interação e socialização com as demais pessoas. João era bastante afetuoso e se apegava facilmente com as pessoas que tentavam aproximar-se dele.

João possuía acentuada dificuldade em lidar com situações de frustração. Sendo assim, se auto-agredia, batendo em seu rosto, batendo a cabeça no chão, na parede, em alguns momentos, cuspidando e verbalizando frases agressivas e ligadas à morte, tais como: “Vou embora daqui para sempre”, “Cala a boca seu idiota”, “Vou quebrar os seus dentes”, “Vou te enfiar dentro do fogão e acender”, “O palhaço assassino vai te pegar”, “Vou explodir”, “Vou te sujar de sangue”.

Na nossa percepção, João utilizava a auto-agressão de duas formas: uma delas é para externalizar sua raiva, expressar sua fúria, dizer que algo não está bem e a outra é para “chamar a atenção”. Na maioria das vezes, a auto-agressão ocorria quando ele se desorganizava sensorialmente por algum motivo que o incomodou. Em outros momentos, ele utilizava a auto-agressão para conseguir algo que deseja e ter a atenção voltada para si.

João necessitava de uma rotina organizada e bem estruturada. Quando algo fugia da sua rotina cotidiana ele ficava agitado e bastante nervoso, por isso é importante que sempre antecipasse para ele as situações e atividades que ocorreriam. Em relação a rotina, Santos (2017) deixa claro que

Na tarefa de auxiliar o aluno com TEA a compreender sua rotina, recursos visuais como cartões, ilustrações e fotos são sempre interessantes e o ideal é que sejam colocados na ordem em que vão acontecer. O uso desses recursos também é pertinente para fins comunicativos, afinal, nem sempre o aluno consegue externar suas vontades e necessidades, tampouco é capaz de compreender comandos e orientações que geralmente se mostram um pouco mais complexas exigindo certo grau de abstração. (SANTOS, 2017, P. 111)

João possuía uma monitora que o acompanhava desde o início do ano. No mês de maio, essa monitora saiu da escola por questões administrativas e o quadro dele se intensificou e se apresentou de forma mais ativa e energizada.

A escola, em parceria com a área de Educação Inclusiva e Psicologia Escolar, buscou alternativas e parcerias para contribuir no processo de desenvolvimento e envolvimento do aluno nas suas interações escolares e extra-escolares.

No início do ano João se comunicava muito bem. Sempre dizia o que queria, suas necessidades e desejos. No entanto, após alguns meses, ele começou a verbalizar cada dia menos e gesticular, apontando para algo que queria, cada dia mais. Percebemos que sua fala, também, começou a ficar um pouco internalizada. Ele possuía a voz um pouco roufenha, fanha, mas se utilizava muito bem da linguagem oral.

Os desenhos do aluno eram simples, objetivos e com poucos traços.

João não apresentou nenhum atraso cognitivo. Era muito inteligente. Não apresentava dificuldade em escrever o seu nome. Escrevia o nome da professora e dos pais.

Em relação ao desenvolvimento da leitura e escrita, no segundo semestre João já conseguia nomear todas as letras do alfabeto, com exceção das letras W, K e R, como podemos observar na Atividade Diagnóstica. Também conhecia todas as letras do seu nome e conseguia soletrar.

No conhecimento lógico-matemático percebeu-se que João realizava a contagem oral, reconhecia e registrava todos os números de 0 até o 10.

João se envolvia bastante em atividades que utilizava tinta. Instrumentos musicais lhe chamavam a atenção, como microfone e violão.

Participava pouco dos momentos coletivos, como Contação de História que acontecia semanalmente. Provavelmente, deve ser o barulho que o incomodava. Barulhos pontuais lhe incomodavam, por exemplo, barulho de chuva e algum objeto que caía dentro da sala. Assim, tampava os ouvidos.

Ao longo do ano João apresentou três fases de apego com objetos: 1ª fase: faixa na cabeça (dizendo que era Rambo ou Ninja). 2ª fase: Minions (desejando sempre estar com uma imagem do personagem, seja impresso, massinha de modelar ou desenhos). 3ª fase: dinossauros. Nesse aspecto, Mello (2007), destaca que

Em crianças que têm autismo e têm a inteligência mais desenvolvida, pode-se perceber a fixação em determinados assuntos, na maioria dos casos incomuns em crianças da mesma idade, como calendários ou animais pré-históricos, o que é confundido, algumas vezes, com nível de inteligência superior. (MELLO, 2007, P. 21)

João tinha dificuldades em participar de jogos e brincadeiras que tem o “perder” como um dos aspectos, por exemplo, dança da cadeira e bingo. Sempre que brincava de algum jogo ou brincadeira e perdia, se auto-agredia e ficava nervoso.

## **CONCLUSÕES**

Percebemos que a inclusão de alunos autista na escola regular ainda é um desafio nos dias atuais, pois, muitas vezes, os professores não estão preparados para lidar com certas situações, uma vez que não tiveram uma formação, tanto a nível inicial como contínua, que abordassem as práticas educacionais que são necessárias para obter a verdadeira inclusão.

Além do mais, para que a inclusão ocorra de fato, as políticas públicas instituídas devem ser colocadas em prática, ou seja, as estruturas físicas, pedagógicas e de pessoal devem estar de acordo com os meios legais para atender os alunos com autismo em todos os seus aspectos.

Nesse sentido, é preciso que ocorra um trabalho coletivo entre os profissionais da escola, professor regente e do AEE, e, também, é de extrema importância que um profissional capacitado e formado adequadamente acompanhe esse aluno diariamente em sala de aula. Esse acompanhamento fortalece o vínculo do autista com uma pessoa de confiança e referência e facilita o trabalho pedagógico do professor.

É importante lembrar que, embora existam as manifestações mais comuns, elas não são condições determinantes para diagnosticar um autista. É necessário um acompanhamento profissional minucioso e processual para se diagnosticar com precisão. O ideal é que esse diagnóstico seja feito de forma coletiva, com a participação de diferentes profissionais, como pediatras; psiquiatras; clínicos gerais; psicólogos

educacionais e fonoaudiólogos e, utilizando também de relatos da família e de pessoas próximas.

Como foi explanado ao longo do trabalho, existe um grau de variação dentro do espectro autista, que pode ir do mais leve ao mais severo. Podemos concluir que o aluno João possui um grau mediano, pois conseguia se socializar com um grupo pequeno de pessoas e possuía a comunicação favorável.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 12.764**, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília: 2012.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007.

GADIA, C. Aprendizagem e autismo. *In*: ROTTA, N.T.; OLHLWEILER, L.; RIESGO, R.S. (Org.). **Transtornos da Aprendizagem**: abordagem neurobiológica e multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 423- 433.

MACHADO. R. **Educação Inclusiva**: revisar e reafazer a cultura escolar. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MANTOAN. M. T. E. **Inclusão Escolar**: *O que é? Por que? Como fazer?* São Paulo, SP: Moderna, 2003.

MELLO, A. M. S. R. **Autismo**: guia prático. 7.ed .São Paulo: AMA ; Brasília: CORDE, 2007.

SANTOS, L. F. O transtorno do espectro autista e sua singularidade: uma proposta inclusiva calcada no ensino personalizado. *In*: **Revista @mbienteeducação**. Universidade Cidade de São Paulo. Vol. 10 - nº 1 • jan/jun, 2017 - 101-116.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1989. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1987.